O AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ERICA TOMÉ DOS SANTOS

RESUMO

É importante estudar o ambiente na Educação Infantil e os desdobramentos das diversas formas de expressividade e linguagem, pois é uma das possibilidades de se garantir o desenvolvimento integral da criança. Tanto as instituições familiares quanto as escolares contribuíram para a construção da infância como categoria social. A família nuclear, que concebemos hoje, enfatiza a importância dos laços afetivos e assume maior responsabilidade em relação à educação, mas nem sempre foi assim. Demorou muito tempo para que a Educação Infantil fosse colocada em pauta visando a melhoria quanto a sua estruturação, acesso, entre outros aspectos de procuravam atender quantitativamente as crianças. No mesmo processo de desenvolvimento, também foi pensado questões qualitativas multifatoriais. Para consolidar essas melhorias foi preciso "dar voz e vez" para que cada criança, a sua maneira, pudesse expressar-se e se sentir verdadeiramente incluída. Desta forma, a escolha do tema se justifica a partir do meu interesse sobre a prática e as estratégias docentes em sala de aula e suas influências no processo de ensino e aprendizagem, principalmente, para uma educação inclusiva. A pesquisa utiliza-se do método dialético com a finalidade de desenvolver, esclarecer e propor uma reflexão sobre conceitos, ideias e práticas através do uso da pesquisa exploratória e qualitativa. O leitor encontrará aqui questões e argumentos sobre a temática, que apontam sua complexidade e a necessidade da flexibilidade, dos diálogos, da valorização dos conhecimentos prévios que educandos trazem consigo em uma grande bagagem de seu meio social, de uma constante reflexão e replanejamento na ação docente, enfatizando que a educação só é inclusiva se for realmente acessível a todos educandos para desenvolverem suas potencialidades, respeitando suas limitações, seus processos e o seu tempo de assimilação e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente na Educação Infantil. Linguagens. Narrativa infantil. Expressividade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

As crianças vivenciam várias formas e situações de aprendizagem, tanto no ambiente escolar quanto em seu contexto de interação social e familiar, cada qual com suas potencialidades e limitações a serem exploradas e superadas, respeitando seus aspectos cognitivos, motores, emocionais, físicos e intelectuais.

É importante discorrer sobre as múltiplas opções de expressividade na Educação Infantil e os benefícios que as atividades diferenciadas podem propiciar às crianças pequenas em instituição escolar assim como o ambiente pode ou não ser facilitador no processo de desenvolvimento humano, considerando que cada criança é diferente, com suas potencialidades e limitações, mas, que a educação deve ser inclusiva sim e um direito de todos.

Sobre os aspectos morais e cognitivos, o presente artigo pretende apresentar quais são as possíveis contribuições do ambiente na formação da criança em instituição de Educação Infantil, para isso, foi utilizados diversos autores consagrados na área e documentação legal. Chega de poetizar a educação pública em nosso país, temos que encarar de frente a precariedade ainda existente e tentar encontrar soluções efetivas e políticas públicas que sejam colocadas em prática de verdade e com eficiência, de maneira que seja igualitária mesmo mediante as diferenças.

A escolha dessa temática se deu através de minhas reflexões sobre a importância da educação na sociedade, suas perspectivas e mudanças no decorrer da história da humanidade, onde conforme a sociedade vai evoluindo as necessidades vão se transformando, o sujeito vai se fazendo cada vez mais ativo, participativo, reflexivo e crítico em sociedades que ele ajuda a construir, como seu posicionamento interfere em seu

meio e o quanto em uma sociedade cada vez mais ativa há a necessidade de não se apenas saber conhecimentos básicos mas, sim, saber compreender sobre qualquer tema que se depare na vida social, saber se posicionar criticamente perante uma temática, interpretar e saber identificar em um texto o contexto histórico, social e até emocional de quem escreve ou da história que construímos. O papel da instituição escola vem se transformando a cada dia, essa instituição foi se modelando perante os vários momentos político-sociais e históricos e seu papel vai se transformando conforme as necessidades. Da mesma maneira que a escola é modelada pela sociedade, ela também modela a sociedade, são vias de mão dupla e de acesso que se constroem e reconstroem num processo contínuo.

É nos desafiando, vencendo nossos medos, encontrando diferentes trajetos que superamos as dificuldades e nos tornamos cada vez mais sujeitos ativos de nosso conhecimento, é abordando as problemáticas que construímos juntos uma sociedade cada vez mais justa e melhor. A educação sempre foi e será uma ponte para alçar grandes vôos e se permitir arriscar, evoluir, progredir.

1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em meados do século XV e XVI, a Europa passava por grande desenvolvimento científico, comercial e artístico, tornando necessária uma mudança nos modelos educacionais. A concepção de infância transformou-se e a sociedade começou a preocupar-se com as crianças, seu cuidado, sua educação e escolarização.

Nessa época a situação de crianças de famílias de baixa renda era precária, sendo estas vítimas de abandono e maus-tratos. No sentido de auxiliar essas crianças criaram-se lugares de acolhimento, de caráter filantrópico, que tinham como prioridade a proteção, procurando acolher, alimentar e cuidar da infância dessas crianças.

Com o tempo, a criança passou a ser o centro de interesse educativo. Segundo OLIVEIRA,

> [...] a criança começou a ser vista como um sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados situados em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola [pelo menos para os que podiam frequentá-la] um instrumento fundamental. (2005, p.62)

Um marco importante na história da educação infantil na Europa foi à criação, por Friedrich Froebel (1782 – 1852), dos Kindergarden (jardins-de-infancia), nos quais eram privilegiadas as atividades lúdicas, a música e a brincadeira. Estas instituições acabaram por serem as mais difundidas na Europa. Segundo Kishimoto e Pinazza (2007, p.38-42), "Friedrich Froebel vê a criança como um ser criativo e propõe a educação pela auto-atividade e pelo jogo".

No Brasil, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos iniciou-se a partir do século XIX. Com o crescimento das cidades, do capitalismo e urbanização, foi necessário criar-se lugares onde as mães pudessem deixar seus filhos que, em geral, não eram bem tratados devido à precariedade da vida, sendo muitas vezes até abandonados para que pudessem trabalhar e melhor se sustentarem.

Segundo KRAMER,(1987, p.23),

> Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças.

Com o tempo, esses espaços passaram a ter outras funções, além da assistencialista. Estabeleceu-se uma relação entre o cuidar e o educar. Já no século XX, o governo preocupa-se em preparar as crianças e aumenta o número de instituições, pois há reivindicações de todas as mulheres trabalhadoras. Essas instituições possibilitariam uma mudança e democratização na educação de todas as crianças, promovendo a melhoria social, transformando a sociedade no futuro.

Na década de 90, passa-se a enfatizar a importância da inseparabilidade dos cuidados e do educar. Houve uma preocupação precipitada com conteúdo, e em algumas pré-escolas, as preocupações pedagógicas aceleraram o desenvolvimento infantil.

Com o objetivo de assegurar a todas as crian-

ças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso uma aprendizagem com qualidade criou-se uma legislação que garante a obrigatoriedade de matricular as crianças a partir dos 6 anos no Ensino Fundamental, sob o Parecer CNE/CEB nº 06/2005, aprovado em 8 de junho de 2005.

Para garantir a toda criança o acesso à escola e à educação, a partir da década de 1980 criaram-se várias leis que priorizavam esses direitos. A primeira medida a favor da Educação Infantil foi a partir da Constituição Federal de 1988, que garantia o direito a creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. O artigo 208, inciso IV, afirmava que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (CF, 1988).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB considera a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, ampliando assim as perspectivas em relação à Educação Infantil no Brasil. Conforme LDB – nº 9394/96,

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Foi também reorganizado o atendimento às crianças, segundo o Art. 30, a educação infantil será oferecida em: "I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade." (BRASIL, 1996)

Para um melhor entendimento e adequação do trabalho na Educação Infantil, em 1998, foi criado e difundido o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam mover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (BRASIL, 1998, p.13).

A partir do RCNEI, podem-se conhecer os âmbitos (Formação pessoal e social e Conhecimento de mundo) e eixos (Identidade e autonomia; Movimento; Artes visuais; Música; Linguagem oral e escrita; Natureza e sociedade; Matemática), orientadores ao currículo da Educação Infantil a serem desenvolvidos com as crianças, explicitando as intenções educativas, auxiliando na seleção de conteúdos e definindo as capacidades a serem desenvolvidas e ampliadas.

Em 2005, com a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, e em 2006, com a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, houve alterações e reorganizações no sistema do Ensino Fundamental, constando a partir destas datas na LDB, a alteração da redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade e estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental.

Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal tiveram prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o Ensino Fundamental, disposto no art. 3o da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

Com esse novo dispositivo na lei, obteve-se um avanço na educação brasileira, pois a partir dele ampliou-se a obrigatoriedade de a família matricular seus filhos na escola aos 6 anos, que até então era opcional à família, e com isso, iniciando assim mais cedo à escolarização, aumentando as oportunidades de aprendizagens e conhecimentos.

2. A BUSCA PELA QUALIDADE

Entramos no século XXI com direitos instituídos/garantidos à infância, nesse processo buscou-se não descuidar da questão da qualidade.

O "problema com qualidade" não pode ser

abordado pela reconstrução do conceito visando incluir, por exemplo, subjetividade ou múltiplas perspectivas, contexto e valores. Isso porque a qualidade está baseada na crença da existência de critérios definitivos, objetivos e universais. Na verdade, o problema da qualidade não é realmente um problema, se reconhecemos que não é um conceito neutro, mas localizado em uma tradição filosófica específica e produto de forças históricas e econômicas específicas. Em vez de reconstruir o conceito de qualidade, temos opções a fazer: podemos escolher trabalhar com o conceito de qualidade como um meio de avaliação, ou podemos optar por encontrar outros conceitos.

Em 2006 foi criado um documento, os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, que em seus dois volumes apresentam referenciais e padrões necessários para garantir a qualidade nas instituições que atendem crianças de zero até seis anos, nos aspectos físicos e psicológicos. Esses padrões são flexíveis às demandas regionais e culturais, ou seja, há possibilidade de mudanças ou ajustes de acordo com cada sistema.

Os parâmetros abordam questões específicas embora amplas, de autonomia, funcionamento, respeito à diversidade, democracia, entre outras. Bem como da concepção de criança e de pedagogia da educação infantil, da história desta percorrida no Brasil, da caracterização das instituições e de legislação.

As relações sociais podem potencializar o desenvolvimento infantil, pois as experiências vividas e trocadas fazem com que o universo de cada criança seja ou não ampliado. Por isso é importante aos profissionais da área compreender e identificar quais são as necessidades das crianças para organizar atividades estimulantes ao mesmo tempo o grupo e criança de forma individualizada. Para Machado,

> as iniciativas dos adultos favorecem a intenção comunicativa das crianças pequenas e o interesse de umas pelas outras, o que faz com que aprendam a perceber-se e a levar em conta os pontos de vista dos outros, permitindo a circulação de ideias, a complementação ou a resistência às iniciativas dos parceiros. A oposição entre parceiros, por exemplo, incita a própria argumentação, a objetivação do pensamento e o recuo reflexivo das crianças. (1998, apud BRASIL, 2006a, p.16)

É ainda preciso garantir que a criança seja incentivada ao brincar, ao movimentar-se livremente, a imaginar, a ter curiosidade em relação ao mundo e a natureza e a expressar seus sentimentos e pensamentos, a fim de possibilitar qualidade na educação.

No entanto o conceito de qualidade também não deve ser pré-estabelecido. Segundo Moss (2002, p.20-21):

1) a qualidade é um conceito relativo, baseado em valores; 2) definir qualidade é um processo importante por si mesmo, oferecendo oportunidades para compartilhar, discutir e entender valores, ideias, conhecimentos e experiências; 3) o processo deve ser participativo e democrático, envolvendo grupos diferentes, que incluem alunos, famílias e profissionais; 4) as necessidades, as perspectivas e os valores desses grupos podem divergir; 5) portanto, definir qualidade é um processo dinâmico, continuo, requer revisões e nunca chega a um enunciado definitivo.

O MEC apresenta dezesseis itens e seus subitens como parâmetros nacionais de qualidade para as instituições de educação infantil para que os sistemas possam discutir e utilizar estas referências, ressaltando que há necessidade de inter-relação entre todos os itens.

Apesar dos parâmetros, no Brasil, país marcado por inúmeras desigualdades, a dificuldade em garantir qualidade está no âmbito de superação das mesmas e de equidade de condições e acesso. Bem como o respeito aos direitos das crianças, apesar das legislações vigentes.

A responsabilidade da qualidade não vem somente das instituições. Os órgãos públicos sejam federal, estadual ou municipal, competente ao sistema de ensino também devem assumir uma parcela nesta grandiosa responsabilidade dando subsídios e oferecendo orientações.

Desta forma, um sistema educacional de qualidade é aquele em que as instâncias responsáveis pela gestão respeitam as legislações vigente, têm papéis definidos e com-

petências delimitadas e apoiam financeira, administrativa e pedagogicamente as instituições de Educação Infantil a ele vinculadas. (BRASIL, 2006b, p.13)

Para que possamos ser eficientes e conscientes educadores, é necessário conhecer a vida, teoria e obras dos grandes pensadores que fizeram a história da educação no mundo. Para que tenhamos um bom trabalho, excelentes projetos e aulas geradoras de aprendizagens têm que nos remeter aos conhecimentos gerados pelos educadores do passado.

Educar é, entre outras premissas, olhar para frente. Mas esse olhar não nos leva a nada se uma multidão nos separa do horizonte. Em circunstâncias como essas é que precisamos de um ombro amigo e seguro, pois se sobre ele pudermos nos apoiar, enxergamos longe, muito além da multidão. (Celso Antunes, 2008)

3. CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL À EDUCAÇÃO

A construção do ambiente nas instituições de educação infantil deve ser pensada, planejada e elaborada procurando atender as necessidades das crianças e viabilizar uma educação de forma autônoma e com iniciativas para o pensamento crítico-reflexivo, tendo em vista que é este mesmo ambiente que influenciará o desenvolvimento integral infantil.

É através do ambiente que as crianças contextualizam as ideias sobre si mesmas, sobre o mundo, sobre os outros e constroem seus próprios sentimentos, sendo assim, se o "mundo das pessoas" for apresentado a uma criança de forma perigosa, hostil ou pouco satisfatória, a mesma, possivelmente, aprenderá a relacionar-se com a sociedade sobre esta perspectiva, bem como em relação ao mundo dos objetos que leva a criança a aprender sobre as experimentações e invenções, se este mundo for apresentado, de uma forma fechada, a criança pode não explorar o ambiente, ficando também fechada as novas descobertas.

Zabalza (1998, p.51) ao escrever os dez aspectos-chave de uma educação infantil de qualidade destaca a questão dos aspectos emocionais, ressaltando o nível de segurança ou insegurança que as crianças sentem e as consequências para elas, afirmando que,

a emoção age, principalmente, no nível de segurança das crianças, que é a plataforma sobre a qual se constroem todos os desenvolvimentos. Ligado à segurança está o prazer, o sentir-se bem, o ser capaz de assumir riscos e enfrentar o desafio da autonomia, poder assumir gradativamente o princípio de realidade, aceitar as relações sociais, etc. Já a insegurança provoca medo, aumenta a tendência a condutas defensivas, dificulta a disposição de assumir os riscos inerentes a qualquer tipo de iniciativa pessoal, leva a padrões de relacionamentos dependentes, etc.

O professor deve assumir a postura de um mediador do processo de ensino aprendizagem, para favorecer a autonomia. Autonomia significa ser governado por si próprio, não somente a simples independência. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, "... o exercício da cidadania é um processo que se inicia desde a infância, quando se oferecem as crianças oportunidades de escolha e de autogoverno" (1998, p. 39).

A criança autônoma intelectualmente constrói o conhecimento a partir do seu interior, ao invés de simplesmente interiorizá-lo, assim, os conhecimentos que vem de seu meio são reorganizados, refletidos e coordenados com as suas próprias relações. As escolas costumam reforçar a heteronomia intelectual ao exaltar as repostas corretas e não trabalhar com as erradas.

Nesta perspectiva, o erro é sempre fonte de condenação e castigo, porque decorre de uma culpa e esta, segundo os padrões correntes de entendimento, deve ser reparada. [...] Contudo, o erro poderia ser visto como fonte de virtude, ou seja, crescimento. O que implicaria estar aberto a observar o acontecimento como acontecimento, não como erro; observar o fato sem preconceito, para dele retirar os benefícios possíveis. (LUCKESI, 1998, p.135 e 136)

As crianças devem ser encorajadas a pensar sobre seu erro e não simplesmente aceitar que está errado porque alguém disse, continuando sem entender o porquê. Pois assim, as crianças vão construindo novos conhecimentos com base no que já conhecem e não

como conhecimentos desconexos e puramente exteriorizados.
O relacionamento cooperativo seria, então, uma forma de "operar" as autonomias evitando autoridade desnecessária. Autoridade difere-se de autoritarismo, e é isso que os adultos devem evitar. Segundo Paulo Freire, "A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado.". (1996, p. 105 e 106)
O olhar do professor para seus alunos é indispensável para a construção e sucesso de sua aprendizagem, pois através do olhar, da escuta sensível e do afeto, o aluno ficará mais próximo, se sentirá mais valorizado e acreditará em si mesmo, abrindo-se para novas aprendizagens, expressando-se com mais espontaneidade.
Além disso, o professor deve se preocupar com o desenvolvimento das crianças, devendo ser capaz de criar situações e atividades que favoreçam o avanço cognitivo, afetivo e motor de seus alunos. O professor deve programar, traçar, planejar o que fazer para que esses avanços ocorram.
Quando o professor está planejando suas ações, deve pensar o que ele pretende com suas atividades, se elas propiciarão avanços ou não, se será significativa para os alunos, se eles serão estimulados e desafiados, se está respeitando o ritmo de cada aluno, se são inclusivas ou não.
Não adianta elaborar um bom planejamento somente no papel, o professor deve agir de maneira a construir uma relação entre o planejamento, o objetivo, seus alunos e suas aprendizagens. Em todas as suas intervenções, não pode jamais deixar de lado o respeito e a afetividade com as crianças e a inclusão de todas.
Ser professor de educação infantil é mais do que ensinar e trocar conhecimentos, é necessário explorar a qualidade de tatear o mundo infantil e tornar-se parte dele. É criar laços de carinho, confiança e respeito, sem deixar de lado a função de educador. Deve priorizar o desenvolvimento integral da criança, garantindo o bem-estar, assegurando o crescimento e promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de maneira não discriminatória.
Santos e Silva (2009) consideraram três componentes que julgam importantes para as interações entre o professor e a criança, a sensibilidade, a estimulação e autonomia.
A sensibilidade do adulto foi abordada na perspectiva de como este responde as necessidades das crianças, incluindo respeito, atenção, segurança, sinceridade, autenticidade entre outros indicativos.
Já a estimulação é avaliada em como o adulto propõe uma atividade, como é feita a intervenção no desenvolvimento, e se estimula o raciocínio, a ação e a comunicação.
Quanto à autonomia, são abordadas as questões comportamentais. Ao longo do tempo e com o incentivo adequado, a criança passa a aprender a se governar, e gradativamente diminui o governo por outras pessoas. Wadsworth (1997, p.119) cita que as crianças começam a ser capazes de fazer suas avaliações morais.
Isto é, elas começam a fazer avaliações das ações, considerando o que é correto ou não correto, bem como a considerar os efeitos das ações sobre os outros. Isto não significa, é claro, que suas avaliações sejam necessariamente corretas; significa apenas que elas começam a mudar de uma moralidade heterônoma de obediência a valores preestabelecidos (respeito unilateral) a uma moralidade de cooperação e avaliação.
É preciso fornecer subsídios para que as crianças desenvolvam mentes pensantes e sem a intervenção direta de um adulto a fim de desenvolver a criatividade, os sentimentos morais, e as convicções que levam em consideração o melhor para todos.
Outros aspectos, não menos importantes do que os descritos acima, para a boa relação do professor-criança é cultivar o respeito e cooperação mútuos e entender a criança em sua múltipla dimensão.
O motivo para a cooperação começa com um sentimento de mútua afeição e confiança que vai se transformando em sentimentos de simpatia e consciências das intenções de si mesmo e dos outros.
A cooperação é uma interação social que se dirige a um determinado objetivo entre indivíduos que se consideram e tratam uns aos outros como tais. Obviamente, as crianças e os adultos não são iguais. Entretanto, quan-

do o adulto é capaz de respeitar a criança como uma pessoa com direito a exercer sua vontade, podemos falar sobre uma certa igualdade psicológica no relacionamento. (DE VRIES & ZAN, 1998, p.57 e 58)

A relação criança-criança é também fator relevante na construção do ambiente mesmo que seja baseada nos limites e possibilidades dos adultos.

A facilidade desta relação está na questão da semelhança e igualdade, uma igualdade que não é alcançada na relação com um adulto, por mais que este minimize a heteronomia. A igualdade pode desencadear a reciprocidade e aumentar as possibilidades do exercício da autonomia. As crianças são mais autônomas com outras crianças porque as reconhecem como semelhantes e as diferenciam de si.

De acordo com De Vries e Zan (1998, p.61 e 62)

"Ao vivenciar reações inesperadas, resistências e reações negativas por parte de outros, a criança torna-se consciente do outro como algo separado de si mesma. Isto resulta simultaneamente em uma nova avaliação de si mesmo como tendo desejos e ideias únicas".

Assim a criança começa a levar em consideração o outro. Há uma melhor compreensão das diferentes possibilidades dos sujeitos e consequente e gradativamente o egocentrismo natural das crianças vai perdendo espaço para a alteridade.

Com esta consciência, elas começam a se acomodar aos outros e, com isso, o pensamento egocêntrico começa a ceder às pressões sociais. A interação social com os parceiros de grupo e a presença do conflito dos próprios pensamentos com os pensamentos dos outros, eventualmente obriga a criança a questionar e verificar os seus pensamentos. A verdadeira fonte de conflito, a interação social, vem a ser a fonte de verificação da criança. Portanto, o grupo de interação social entre colegas é um fator fundamental para dissolver gradativamente o egocentrismo cognitivo. Isto representa uma substancial adaptação ao mundo social. (WADSWORTH, 1997, p.76)

É através do interesse pelos companheiros que as crianças constroem significados em comum, criam respeito pelas regras e procuram resolver os seus conflitos.

CONCLUSÃO

A infância é considerada como a etapa mais importante da vida do Homem. Temos, como educadores, o dever de ter cuidado com essas novas gerações, para formarmos cidadãos sadios, cultos, responsáveis e comprometidos.

Neste sentido, o ambiente pode apresentar-se de uma forma favorável para assegurar a todas as crianças o direito de se expressar. As diferentes linguagens, desde a escuta das narrativas infantis até as brincadeiras, a partir da realidade delas ou das compreensões dos fatos do convívio nos espaços sociais, são fatores que contribuem para o desenvolvimento integral das crianças.

É preciso deixar o espaço suficientemente pensado para estimulação da curiosidade e para o desenvolvimento da imaginação infantil, porém incompleto bastante para que ela se aproprie e transforme esse espaço através da sua própria ação. Os educadores que projetam o espaço infantil devem perceber o limite que separa a produção das condições, para que permitam à criança construir seus projetos, priorizando assim suas fantasias e sonhos.

A brincadeira é para a criança como uma linguagem, como o gesto ou a fala, e deve ser respeitado como tal. Ao brincar, jogar, desenhar, pintar cantarolar, a criança pode se rever tornando possível expressar seus sentimentos e pensamentos

Sobre as diferentes linguagens, encontram-se importantes expressões, criando assim elementos próprios que geram um vocabulário infantil. A partir dessas informações é destinada ao educador a difícil tarefa de "interpretar" o mundo infantil a fim de fornecer subsídios para desenvolvê-lo.

É grande a responsabilidade do professor a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento infantil. Precisamos repensar as expectativas que temos em relação à criança, assim como o diálogo que estabelecemos com ela a respeito de suas culturas, visões do mundo e produções.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. Semeando o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: muitos olhares. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial curricular nacional para a educação infantil, vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____._____. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 2006a.

DEVRIES E ZAN, Rheta e Betty. A ética na educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, Madalena. A paixão em conhecer o mundo. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

_____. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSEMBERG, F. A educação pré-escolar obrigatória. Texto encomendado pelo Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos da ANPED para ser apresentado na 32ª Reunião Anual da ANPED, 2009.

SALOMÂO, Silvia Cristina. "A gente tem que falar para crescer": possibilidades e desafios do trabalho pedagógico mediante a escuta das narrativas infantis. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUC-CAMPINAS, 2008.

SANTOS e SILVA, Celiane Oliveira dos e Fátima Sampaio. Qualidade na educação infantil: um olhar sobre as interações entre a professora e a criança. In: CONGRESSO PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 5., 2009, São Paulo: USP, 2009.

ZABALZA, M. Qualidade em Educação Infantil. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.